A história se faz pela contestação – e não pela adaptação!!!

Li com muito pesar o texto de uma servidora chamada Cristina Nogueira. Toda sua fala é uma desconstrução do indivíduo como sujeito atuante, crítico, participativo – capaz de intervir e transformar a sociedade. Para essa senhora, aos trabalhadores cabe adaptar-se ao sistema. Se o salário é pouco, nós "acomodados" devemos trabalhar mais e mais, sem nos queixarmos. Ampliar nossas jornadas para três turnos diários mais finais de semana, se preciso for, para "ajudar a Prefeitura", já que "somos parte do problema".

Pra começar, gostaria de dizer que, se existe problema, podemos ser parte – mas não somos a causa. Não somos nós servidores que administramos a Prefeitura. Não somos nós que decidimos onde, como e em que aplicar os recursos arrecadados. Portanto, cabe sim a nós ajudar a forçar uma solução. Isso passa pela reivindicação, que é uma maneira de exigir que os detentores do poder (aqueles com poder de decisão) revejam seus atos e empreendam esforços para buscar uma saída.

A senhora Cristina pinta um cenário cruel e amargo – desesperador até. E rende graças por continuar recebendo o salário em dia – mesmo reconhecendo que este vem se deteriorando com a inflação e o aumento do preço dos produtos em geral. Mas, para ela, é "natural" suportarmos isso, conquanto a Prefeitura gentilmente continue pagando nosso salário defasado.

Faz coro com o discurso mentiroso da Prefeitura, que usa a Lei de Responsabilidade Fiscal para aterrorizar os trabalhadores, como se estivéssemos à beira do apocalipse. Mas será que o quadro é, de fato, tão tenebroso? Vejamos o que diz a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000:

Art 19. (...) a despesa total de pessoal (...) não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

(...)

III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

Esse percentual divide-se entre o poder Legislativo (6%) e o Poder Executivo (54%). Portanto, a Prefeitura pode gastar de sua receita corrente líquida (RCL) até 54% em folha de pagamento. Historicamente, a Prefeitura tem gastado em torno de 45% da RCL. Ao final de 2009, estranhamente, esse percentual cresceu e chegou a 52%. Mesmo assim, abaixo do teto. Iniciamos o ano de 2010 consumindo 52,83% da RCL com folha de pagamento. Durante todo aquele ano, ouvimos as lamentações da Prefeitura de que havia o risco de demissão de servidores e punição ao Prefeito, caso concedesse reajuste. Lembram o que ocorreu?

Foi preciso uma greve para a Prefeitura pagar a inflação no ano passado (5,49% em três parcelas). Ao invés de quebrar o caixa, tivemos uma considerável baixa do comprometimento da folha. 2010 fechou em 48,7%. Isso

se deve ao excelente desempenho das finanças, pois vimos a receita crescer consideravelmente nos últimos anos. A Prefeitura ainda não divulgou os dados do primeiro quadrimestre de 2011, mas todas as estimativas apontam para uma melhoria ainda maior desses números.

Em termos de valores, a diminuição do percentual de comprometimento da folha, até dezembro de 2010, abria margem de mais de R$ 45 milhões para investimento em salários. Muito mais do que reivindicamos.

Cristina insiste no cenário de horror, supondo que nossa estabilidade estaria ameaçada. Sugiro a leitura atenta do artigo 22 e 23 da LRF, cuja redação deixa claro que, mesmo que o índice estivesse comprometido, o reajuste inflacionário (conforme previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal) estaria garantido. Ou seja, para pagar a perda inflacionária da data-base (no nosso caso, os 6,3% de maio) a LRF não representa impedimento.

Caso estivéssemos no cenário apocalíptico descrito por Cristina, mesmo assim ela peca ao não informar que os primeiros a perderem o pescoço seriam os comissionados, depois os contratados e por último – somente por último – os servidores de carreira. Cá entre nós: alguém já viu isso acontecer em algum município desse Brasil?

Voltemos à carta da colega servidora. Vamos procurar entender o crescimento da despesa de 2008 para 2009. Como isso foi possível, se o conjunto dos servidores não viu ganho real de salário? Pelo contrário, o Plano de Carreira de 2007 e o Estatuto de 2008 somente fizeram retroceder nossos direitos. A grande novidade do governo Tebaldi foi, em 2008, propor no novo Estatuto a possibilidade de as chefias incorporarem *ad eternum* suas gratificações. Isso mesmo. Agora, “uma vez chefe, sempre chefe”. O Artigo 86 do nosso Estatuto premia nossas valorosas chefias com a incorporação de suas gratificações de cargo. Então, a cada troca de governo, criamos uma casta privilegiada que retorna aos seus locais de trabalho com salário muito superior aos seus colegas de função. Igualzinho à Senhora Cristina Nogueira, que até a poucos dias ocupava cargo de Gerência na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Se existem erros no governo Carlito, o maior foi o de não ter atacado as grandes injustiças plantadas pelos governos anteriores. Manteve as mesmas benesses para seus apadrinhados, exatamente do mesmo modo que todos os seus antecessores. E agora vem nos tentar convencer de que nós é que temos que pagar por isso? E agora vem a Sra. Cristina Nogueira dizer que temos de nos contentar com as migalhas, enquanto elas ainda caem da mesa?

Em alto e bom som eu digo: não! Não fui eu quem criou esse problema. Mas vou lutar com todas as minhas forças para que ele seja sanado, sim. E isso não se faz com adaptação, com lamentações. Somente mudaremos a realidade se enfrentarmos os problemas, se denunciarmos as injustiças, se reivindicarmos.

Se o sindicato se dirige aos servidores, e estes se põem em luta para garantir seus direitos, ela chama todos os trabalhadores de “massa da manobra”. Mas todos os dias somos bombardeados pelos informes da Prefeitura. E agora, durante o movimento, mais ainda. É uma saraivada de contra-informações – a maior parte mentiras e ameaças. São e-mails, cartas,

bilhetes, recados das chefias... Mas, se alguém acredita nos textos da Prefeitura, não é massa de manobra.

Cristina Nogueira vive num mundo paralelo ao nosso, pois diz que "há anos temos recebido aumentos salariais, pagos por governos que não eram do PT...". Estou na Prefeitura há dez anos e não recebi esses "aumentos salariais" dos últimos anos. Afirma que o sindicato é convidado a conhecer os números e que não vai ou que distorce o conteúdo. Estranho, pois essa senhora foi nomeada pelo governo pra fazer parte da Comissão para discussão do Plano de Carreira. Tivemos vários embates nas reuniões, ocasião em que sempre defendeu com unhas e dentes as posições do governo. Por exemplo, nunca conseguimos avançar na questão da regulamentação das ACS´s, pois duas reuniões marcadas pela SGP foram canceladas em cima da hora, sem nova data. O sindicato participou do Núcleo de Acompanhamento da Folha de Pagamento. Curiosamente, também, depois de apresentarmos a pauta de reivindicações e os técnicos da Fazenda afirmarem ser possível atender aos nossos pedidos, este Núcleo nunca mais foi reunido.

Cristina diz ser administradora, mas revela um profundo desconhecimento da administração pública. Fala que verbas federais não podem pagar salário. O que é o FUNDEB, então, que paga o salário de TODOS os profissionais da educação do nosso município? E de onde sai o salário dos servidores da saúde? Aliás, falando da Educação, Cristina provavelmente não conhece a Lei 11.738/08, a Lei do Piso Salarial Profissional do Magistério, que em seu artigo 4º afirma que o município pode pedir complementação de verba ao governo federal, caso comprove incapacidade de pagamento do salário do Magistério e a garantia de 33% de hora-atividade dos professores. Só isso garante o pagamento a mais de 4 mil servidores em Joinville (É bom lembrar que a Prefeitura se "finge de morta" com relação a esta lei, ignorando o percentual de hora-atividade fixado na mesma).

Mas nossa colega se supera mesmo quando afirma que devemos buscar mais empregos, mais trabalho. Num país que ainda mantém quase 10% da população economicamente ativa em situação de desemprego, ela defende que cada um de nós ocupe jornadas duplas ou triplas, para compensar o baixo salário pago pela Prefeitura. Aqui é necessário frisar o ataque brutal que a colega faz à consciência de classe de todos nós. Ora, cada pessoa nasce para ser feliz. E, sinceramente, não consigo acreditar em felicidade se ocupamos a maior parte do nosso tempo somente com trabalho. Por mais que eu goste do meu trabalho, amo meu tempo livre, amo poder passear com minha família, ter tempo para os amigos, para consumir arte, para o lazer... Pelo tom do seu discurso fascista, Cristina dá a entender que isso é vagabundagem. Que nós, pobres trabalhadores, devemos mesmo é trabalhar até a morte. Tempo livre e lazer só cabem aos donos do Capital.

Cristina se acha no direito até de questionar Marx. Cita o filósofo como se fosse um comentarista de botequim. Com certeza nunca leu uma crítica a respeito do autor, quiçá seus seis volumes de "O Capital". Se o tivesse feito, entenderia que o próprio sistema Capitalista só fez concessões aos trabalhadores a partir da obra de Marx. Se vivêssemos em época anterior a ele, estaríamos cumprindo jornadas de 16 a 18 horas, sem contrato de trabalho, sem férias, sem 13º... Mas, defensora da escravidão como é, Cristina com certeza acharia isso um paraíso.

Quando falo que ela vive num mundo paralelo ao nosso, isso fica novamente evidente ao afirmar que “Se Marx fosse bom, (...) os chineses jamais saberiam o que é um *BigMac* com batata frita!” Alienada do jeito que demonstra ser, Cristina deve achar o auge do Capitalismo poder comer um lanche insosso no MacDonnalds, sem saber que a esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros (e chineses) não comem – e talvez nunca vão comer – um lanche desses, simplesmente porque não podem pagar o preço absurdo desse produto.

Viva seu mundo capitalista, Cristina. Trabalhe, trabalhe, trabalhe muito. Escrava do sistema como é, vais morrer feliz, trabalhando além da aposentadoria, agradecendo todos os dias a bondade dos patrões em lhe conceder emprego – e talvez comendo muito *BigMac* com batata frita. Nós, servidores públicos na luta, continuaremos defendendo nosso direito a uma jornada limitada de trabalho, que nos dê condições de viajar, curtir a família e os amigos, apreciar arte. Queremos um salário que nos permita continuar comendo nosso feijão com arroz, essa comida tupiniquim que nos faz tão saudáveis, e VIVER – acima de tudo.

Todos os dias vejo, nos murais e quadros de nossas escolas, aquilo que se considera a “missão” dos educadores joinvilenses: “ensinar o aluno a ler o mundo na sua diversidade, inserindo-se nele como sujeito crítico e participativo, capaz de intervir e transformar”. É isso que desejamos, no fim das contas: transformar. Para transformar, é preciso contestar o *status quo*. Adaptar-se, sem queixas, apenas perpetua o sistema.

Ulrich Beathalter

Professor

Presidente do SINSEJ

R. Lages, 84. Centro
Joinville / SC. 89201-205
(47) 3433-6966
www.sinsej.org.br